

# **Sobre a Noção de *Mistificação* e o Desdobramento Lógico de Categorias em *O Capital* de Marx**

*Rodrigo Delpupo Monfardini (UFF)\**

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é tratar da ideia de *mistificação* em Marx, apontando o seu processo de gênese e seus desdobramentos ao longo de *O Capital*. Quanto à ideia de mistificação em si, o objetivo é mostrar sua importância no que diz respeito a uma explicação da gênese das falsas crenças tendo como base a própria realidade. Quanto à sua gênese, o objetivo é fazer apontamentos a respeito da sua relação com o fetichismo e, a partir dela, apontar como o processo de desdobramento lógico de categorias realizado desde Livro I está intimamente imbricado com a compreensão de novas dimensões da mistificação. Espera-se com isso ressaltar um importante elemento que serve de guia à análise realizada em *O Capital*.

**Palavras-chave:** mistificação, fetichismo, crítica ontológica

**Abstract:** The objective of this work is to analyze the idea of mystification in Marx and to signalize its process of genesis and its development throughout *The Capital*. About the idea of mystification, the objective is to evidence its importance in what says respect to an explanation of the genesis of the false ideas in the reality itself. About its genesis, the objective is to make notes regarding its relation with fetishism and, from this, to make notes about the relation between the process of the logical unfolding of categories carried since the Volume I and the understanding of new dimensions of the mystification. It is expected that this highlight an important element which guides the analysis in *The Capital*.

**Key-words:** mystification, fetishism, ontological critique

---

\* Doutorando em economia da Universidade Federal Fluminense e membro do grupo de pesquisa *Teoria Social e Crítica Ontológica* (UFF). E-mail: rodrigodelpupo@gmail.com

## Introdução

O que pretendemos sustentar neste trabalho é que, apesar de aparecer com mais determinações apenas no Livro III, a mistificação é um processo que é apontado desde o Livro I e permeia todos os três livros de *O Capital*. Além disso, buscaremos sustentar que esse processo é um desdobramento da contradição mais básica da mercadoria, a contradição entre valor e valor-de-uso: é dessa contradição que surge o fetiche, que se expandindo até dominar o modo de produção social da riqueza *reifica* cada vez mais as relações sociais, fazendo com que elas apareçam como atributo das coisas.

Com esse objetivo, retomaremos os momentos básicos, descritos ao longo de *O Capital*, do processo de mistificação da realidade. Para isso, depois de considerações iniciais a respeito da ideia de mistificação, será traçado aquilo que nos parece ser o plano geral da obra, qual seja, a atividade de desvelar progressivamente o *mistificado* processo social de produção. Com esse intuito, dedicaremos maior espaço para o Livro III, pois é nessa parte da obra que a explicação do processo global de produção exige o retorno às categorias aparentiais, o que se realiza por meio de um método em que não só é demonstrada a falsidade dessas categorias como também o caráter necessário dessa falsidade em decorrência dos imperativos do próprio processo de produção. Em suma, em *O Capital* busca-se demonstrar o caráter *falso e socialmente necessário* das categorias fundamentais do modo de produção capitalista. É ali que aparece com maior clareza o caráter biunívoco da relação entre o modo de produção e as falsas ideias que lhe dão sustentação.

### 1. Sobre a ideia de *mistificação* em Marx

Marx, em sua crítica da economia política, não se limita a dizer que as ideias divulgadas pela concepção sob crítica são parciais, falsas ou superficiais. Ele dá esse passo mas vai além, e sempre busca explicar porque os economistas explicam o mundo daquela maneira. Isso já se apresenta no capítulo 1 do Livro I de *O Capital*, onde Marx faz o seguinte comentário a respeito dos mercantilistas:

Nossa análise provou que a forma de valor ou a expressão de valor da mercadoria origina-se da natureza do valor das mercadorias, e não, ao contrário, que valor e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca. Essa é, entretanto, a ilusão [...] dos mercantilistas [...]. (MARX, 1996, Livro I, Tomo I, p. 188)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Citaremos extensivamente os três livros de *O Capital*, o que pode gerar confusão na hora de identificar a qual livro a citação se refere. Para facilitar a consulta, logo após indicarmos autor e data citaremos também o livro e o tomo de onde a citação foi tirada, o que evitará as constantes consultas à seção de “referências”. Quando o mesmo livro e tomo for citado mais de uma vez e em sequência, colocaremos “ibid” na referência apenas para autor e data, mantendo a indicação do livro e do tomo.

Os mercantilistas, diz Marx, confundem riqueza com o dinheiro, que é a expressão da riqueza. Mas esse erro possui uma *base real*: a riqueza, de imediato, aparece como dinheiro. E numa forma de produção em que a fonte da riqueza não se manifesta de imediato a não ser pelo dinheiro, esse último aparece *necessariamente* como a riqueza em si e socialmente funciona como tal. Portanto, na análise dessa falsa ideia é explicada não só a base real de sua emergência mas também os motivos pelos quais essa concepção, mesmo falsa, torna-se socialmente dominante.

Só para citar mais um exemplo, transcrevemos abaixo uma passagem na qual Marx fala das limitações no entendimento da categoria valor por Aristóteles:

Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. (ibid, Livro I, Tomo I, p. 187)

Nesse caso, não há nem mesmo uma base real que permita a emergência de uma concepção coerente acerca do valor. O processo real permite apenas a emergência da necessidade em se compreender o processo, mas não a satisfação dessa necessidade.

Esse procedimento é largamente utilizado por Marx ao longo de *O Capital*, obra da qual poderíamos retirar vários outros exemplos. Mas, mais importante do que catalogar essas diversas passagens é buscar explicitar esse método de crítica utilizado por Marx. Roy Bhaskar (1979, p. 81), filósofo britânico da corrente da filosofia da ciência chamada de *Realismo Crítico*, oferece uma excelente explicitação do método de crítica que as concepções científicas com maior capacidade explanatória normalmente realizam, procedimento que o próprio Marx teria realizado em *O Capital*. Ele chama esse método de *crítica explanatória*, que consiste num tríptico procedimento crítico:

(i) *crítica de primeira-ordem da consciência*, ou *crítica lógico-gnosiológica*, que tem por objetivo analisar se determinado conjunto de crenças corresponde ou não à realidade, isto é, se é *objetivamente falso*;

(ii) *crítica de segunda-ordem da consciência*, ou *crítica ontológica*, que busca investigar as *razões de ser* daquela crença, isto é, busca investigar i) qual a base real que possibilita a existência das falsas crenças sob análise e ii) os motivos pelos quais elas emergem e ganham difusão social, tornando-se as ideias que guiam o agir individual; tendo aceitação social, essas crenças influenciam as práticas dos indivíduos no sentido de reproduzir ou transformar determinadas estruturas sociais e, por isso, *cumprem uma função, são úteis de alguma forma*, e emergem da necessidade de reprodução ou transformação de tais estruturas (esse segundo passo da crítica é importante por não

recusar determinadas ideias sob a afirmação de que são simplesmente falsas, mostrando que mesmo as falsas ideias possuem efetividade, são *objetivas e socialmente necessárias*)<sup>2</sup>;

(iii) sendo um determinado conjunto de crenças falso, existe uma necessária *valoração negativa dessas crenças*; e sendo socialmente necessário, existe uma necessária *valoração negativa das estruturas sociais que a necessitam*. Esse trânsito da valoração negativa das falsas crenças para a valoração negativa das estruturas reais que a necessitam se constitui no terceiro passo da crítica explanatória.

Quando Marx emprega o termo “crítica”, que aparece em *O Capital* inclusive como subtítulo, refere-se não somente à teorização da economia política e às ideias cotidianas dos indivíduos no processo de produção, mas às próprias estruturas sociais que geram essas ideias. Bhaskar sintetiza isso que ele chama de “tripla crítica”:

*O Capital* é subtítulo “uma análise crítica da produção capitalista”. É simultaneamente uma crítica da economia política burguesa; uma crítica das concepções econômicas da vida cotidiana que, de acordo com Marx, a economia política burguesa meramente reflete ou racionaliza; e uma crítica do modo de produção que torna essas concepções necessárias para os agentes nele envolvidos. (BHASKAR, 1979, p. 95)

O procedimento de crítica tem como um de seus passos a crítica da própria realidade que gera essas falsas ideias, ou seja, a crítica do fundamento material da gênese das ideias. Assim, a crítica opera por um movimento que vai da ideia (o momento da crítica lógico-gnosiológica) até às causas últimas do surgimento daquela ideia (o momento da crítica ontológica, que engloba também a crítica lógico-gnosiológica), onde se chega à explanação da totalidade do processo. E essa explanação da totalidade é não apenas a explicação dos processos reais, mas da gênese das falsas ideias necessárias para que a totalidade se desenrole de tal maneira. Em outras palavras, o caráter *necessário* das falsas ideias advém da percepção da existência de uma relação biunívoca entre as ideias e as estruturas sociais que elas representam: as ideias só existem se existem as estruturas, mas o oposto também é verdadeiro. Refraseando, aquilo que Bhaskar chama de segundo passo da crítica explanatória se justifica porque as estruturas sociais, sendo reproduzidas pelo agir intencional dos indivíduos, necessita da difusão de ideias que lhes deem sustentação.

Apenas para citar um exemplo, a mais-valia só pode existir por intermédio de formas *mistificadas*, como o lucro: o capital não busca produzir mais-valia, mas sim se apropriar de lucro, produza ou não mais-valia. Assim, o lucro é mais do que uma forma dissimulada de a mais-valia se apresentar:

---

<sup>2</sup> Conforme Duayer: “Marx sempre considerou teoricamente o falso, o falso socialmente necessário. Em suas obras, formas de consciência científica, religiosa, artística, etc. que possuem validade social apesar de absurdas, lógica ou ontologicamente, jamais são descartadas após a inspeção crítica. Não são nem devem ser. *Pois a crítica não tem o poder de dissolver praticamente a concepção ou teoria criticada*. Se noções absurdas e incongruentes possuem validade social e, mais ainda, conservam essa validade a despeito de arrasadoras críticas lógico-gnosiológicas, segue-se que a sua validade social deve depender de outras circunstâncias. (DUAYER, 2001, p. 16, *itálicos adicionados*)” E são essas outras causas que devem ser investigadas pelo segundo passo da crítica explanatória.

é uma forma dissimulada sem a qual a própria mais-valia não poderia existir. Para citar outro exemplo, podemos comentar também a forma salário: o salário é visto como o pagamento pelo dia de trabalho e tem que se apresentar como tal. Numa realidade em que as trocas são trocas de equivalente, na cabeça dos trabalhadores deve estar a ideia de que recebem o equivalente pela mercadoria que fornecem. Desse modo, a categoria valor da força de trabalho só existe se existe salário, isto é, só é possível pagar o necessário à reprodução da força de trabalho se esse pagamento se apresenta como o equivalente do trabalho fornecido. Em suma, lucro e salário não são apenas formas dissimulas de manifestação da mais-valia e do valor da força de trabalho, mas são suas formas *necessárias*. Lucro e salário dependem, para existir, da existência de mais-valia e valor da força de trabalho, mas o oposto também é verdadeiro. É essa relação biunívoca entre falsas ideias e estruturas sociais que parece ser a base da ideia de mistificação presente em *O Capital*.

A relação biunívoca entre as falsas ideias e as estruturas sociais que representam justifica não só o segundo passo da crítica explanatória, que busca investigar quais as bases reais e o caráter necessário das falsas ideias, mas também o terceiro passo, pois estruturas sociais que necessitam difundir falsas ideias para manter sua existência podem, sem nenhum critério adicional aos empregados no discurso científico, ser valoradas negativamente. É essa relação biunívoca entre falsas ideias e as estruturas sociais que representam que justifica a passagem que Marx faz da crítica da economia política e das concepções econômicas da vida cotidiana para a crítica das estruturas sociais que as necessitam<sup>3</sup>.

Até aqui buscou-se explicitar qual a forma geral pela qual se processa a crítica em Marx. No entanto, cada objeto de estudo tem suas especificidades e exige um método de investigação específico. O objetivo de Marx, colocado já nas primeiras páginas de *O Capital*, é estudar qual a base do processo que gera uma imensa acumulação de riqueza sob a forma de mercadoria e como esse processo estrutura a sociedade de uma certa forma<sup>4</sup>. Esse processo, unindo tudo e todos por meio das trocas, revelaria uma certa dimensão de totalidade ao mesmo tempo em que se manifestaria por formas específicas cujos nexos entre si estão apagados, como lucro, ganho empresarial, juro, salário, entre outras formas. Por isso, visando dar inteligibilidade a essas formas, Marx busca identificar qual o elemento unificador do processo para então estudá-lo e estabelecer seus nexos com as várias formas específicas de manifestação da riqueza produzida. Ele encontra

---

<sup>3</sup> “[...]o projeto de Marx é descobrir os mecanismos pelos quais a sociedade capitalista necessariamente aparece para seus agentes como algo diferente do que realmente é; isto é, os mecanismos de sua opacidade específica. E, na medida em que tenha sucesso nessa tarefa, mostrando que essas formas são falsas e necessárias, fica explicado o caráter de *O Capital* como uma crítica tripla (e seu direito ao seu subtítulo plenamente justificado). (BHASKAR, 1979, p. 95)”

<sup>4</sup> “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria. (MARX, 1996, Livro I, Tomo I, p. 165)”

esse elemento na mercadoria, a unidade básica da riqueza nessa sociedade, o objetivo do processo de produção.

No capítulo 1 de *O Capital*, Marx realiza uma análise do valor, isto é, da essência da riqueza sob o capitalismo, e na análise da sua forma mais desenvolvida, a forma dinheiro do valor, identifica o que ele chama de *fetichismo da mercadoria*<sup>5</sup>. Ele é o processo por meio do qual a riqueza, que é por essência social e se produz numa forma específica de organização social, i) se expressa nas coisas e ii) se apresenta como se fosse propriedade das próprias coisas. É necessário diferenciar esses dois momentos: i) o da relação real e ii) o de seus efeitos na consciência. Quanto ao primeiro ponto, o que Marx faz é mostrar que as relações nesta sociedade não são diretas, mas mediadas por coisas (mercadorias), o que torna essas relações *reificadas*, isto é, relações que só se dão por meio de coisas e são em última instância dominadas por coisas. Tratando dos seus efeitos na consciência, o fato de as relações se medirem pelas coisas faz com que as coisas apareçam elas mesmas como portadoras das relações, fazendo com que relações realmente existentes mas historicamente específicas apareçam como *naturais* e anistóricas (BHASKAR, 1979, p. 69).

Depois dessa sumaríssima retomada dos elementos fundamentais do chamado *fetichismo da mercadoria*, podemos apontar o elemento de interesse nesse estudo, qual seja, o da relação entre o fetichismo da mercadoria e a mistificação do processo de produção de riqueza sob o capitalismo. A hipótese central que buscaremos sustentar ao longo desse trabalho é que o fetichismo é a base do processo de mistificação do real ou, em outras palavras, o processo de mistificação é um desdobramento do fetichismo, é a maneira pela qual as categorias econômicas, que têm como base o fetichismo, se apresentam aos agentes do processo de produção.

Sendo o capital uma relação social que se apresenta como coisa e que possui uma dinâmica auto-expansiva, isto é, uma dinâmica de subordinar cada vez mais as relações sociais de produção a um processo de produção de uma riqueza que se apresenta como coisa (como mercadoria e, em específico, como novo capital), a relação-capital constituída possui uma dinâmica de transformar a riqueza cada vez mais em coisa, fetiche, fazendo com que as relações sociais necessárias a essa relação fiquem cada vez menos aparentes, cada vez mais *mistificadas* sob uma forma *reificada*. Dessa forma, a mistificação não é apenas algo estático, uma forma de manifestação que dissimula sua essência, mas um movimento pelo qual a realidade se apresenta de forma cada vez mais dissimulada dado que cada vez mais reificada e fetichizada.

E como a produção realizada sob o capitalismo se apresenta sob formas parciais e mistificadas, o procedimento que Marx adota ao longo de *O Capital* é de identificação da unidade básica da riqueza, a mercadoria, bem como a análise de seus momentos fundamentais, de modo a jogar luz

---

<sup>5</sup> Cf. Marx (1996, Livro I, Tomo I, Seção 4, pp. 197-208)

aos diversos aspectos do processo de produção e circulação da riqueza, bem como às suas diversas formas de manifestação. Ele realiza um procedimento de *desdobramento lógico* das categorias mais gerais e abstratas, esboçadas no capítulo 1, em direção às categorias mais concretas e suas formas de manifestação, o que possibilita revelar novas dimensões da mistificação dos nexos básicos do modo de produção capitalista.

Nas demais seções deste trabalho buscaremos sustentar, além da nossa hipótese central, mais duas coisas: i) o método de desdobramento lógico de categorias, que opera a partir de uma crítica das concepções da economia política, das concepções correntes dos agentes no processo de produção e das estruturas sociais que necessitam de formas sociais mistificadas para garantir a sua existência social; e ii) o processo real por meio do qual a realidade se apresenta sob uma forma crescentemente mistificada.

Esse processo de desdobramento lógico de categorias, esboçado desde o início do Livro I, diz respeito ao processo de análise realizado por Marx: parte da forma mais básica e elementar de riqueza, a mercadoria, e da análise de seus dois elementos fundamentais, valor e valor-de-uso. Dos desdobramentos da lógica fundamental identificada no capítulo, Marx vai esboçando a lógica da produção, momento prioritário da totalidade social e objeto do Livro I, integra-o com o momento da circulação, objeto do Livro II, e retorna, no Livro III, às formas aparentiais, buscando explicá-las a partir de uma perspectiva da totalidade.

Dessa maneira, retomaremos a ideia de mistificação desde o Livro I, buscando ressaltar os momentos fundamentais que levam à dissimulação do fundamento do processo de reprodução social. Para isso, teremos que traçar, em linhas gerais, a direção seguida nos Livros I, II e III, tarefa a ser realizada na próxima seção. Na seção 3 será discutida a gênese da mistificação no Livro I; na seção 4, será tratado o Livro II e as determinações do processo de circulação sobre a apropriação da riqueza produzida, que dão novas dimensões à mistificação; na seção 5, por fim, o objeto será o Livro III, onde será discutido o caráter mistificador da totalidade do processo de produção e serão ressaltados os processos de mistificação crescente das categorias aparentiais mais importantes, como o lucro e o juro. Após esse processo, faremos algumas considerações finais.

## **2. Desdobramento lógico das categorias e a *mistificação*: sequência lógica dos Livros I, II e III de *O Capital***

Antes de tratarmos da relação entre a ideia de mistificação e o processo de desdobramento lógico de categorias em *O Capital*, é necessário retomar o plano da obra e seu desenvolvimento como um

todo. Isso é necessário para entender o processo por meio do qual Marx, frente a uma realidade mistificada, buscou inspecionar os nexos básicos do modo de produção capitalista.

Numa realidade que se apresenta de maneira complexa é necessário decompor esses complexos e achar seus nexos e hierarquia. A escolha da mercadoria como início não é arbitrária: ela se apresenta como a portadora da riqueza nessa sociedade e, por isso, é por ela que se deve começar. Ela é o elemento unificador: apesar de a riqueza aparecer como proveniente de fontes distintas (capital, terra e trabalho), ela sempre se apresenta na mercadoria.

Um momento posterior é entender qual a origem dessa riqueza. Os clássicos já haviam conseguido identificar essa origem na produção. Adam Smith, no primeiro capítulo de *A riqueza das nações*<sup>6</sup>, relata um processo de produção crescente de riqueza e tenta dar as bases para entendê-lo. A explicação mercantilista, que identificava a riqueza com a própria moeda, não podia dar conta de um processo em que a produção de riqueza crescia continuamente e não advinha apenas da extração de metais preciosos, mas das atividades manufatureiras. A explicação do processo só poderia vir da produção<sup>7</sup>. Sendo a produção o momento predominante do processo, em *O Capital* ele deveria ser o momento inicial da análise. É ela que possibilita explicar a origem da “imensa acumulação de mercadorias” pois é ela o momento pressuposto pelos demais complexos da realidade e é ela que dá a tônica do processo<sup>8</sup>.

Analizado o momento fundamental da totalidade do processo, pode-se então passar ao momento de realização da riqueza, momento sem o qual a riqueza não pode se apresentar como mercadoria: o momento da circulação, objeto do Livro II. Ali se analisam os processos por meio dos quais circula a riqueza já produzida<sup>9</sup>: as formas que o capital deve assumir, as limitações e possibilidades de cada uma dessas formas, a relação entre elas, a importância do tempo necessário para que se complete o ciclo, em suma, a relação entre a reprodução e a circulação do capital social total.

Depois de analisados os momentos fundamentais da reprodução social, quais sejam, a produção e circulação, no Livro III o objetivo é retornar à aparência dos fenômenos para explicar o seu funcionamento. O objetivo é entender como esses fenômenos, que revelam dimensões parciais da realidade, se integram numa totalidade que se apresenta como uma dinâmica de produção crescente

<sup>6</sup> Smith (1985).

<sup>7</sup> Não é por acaso que Smith (1985), nos primeiros capítulos de *A Riqueza das Nações*, se dedica a estudar longamente a divisão do trabalho e a sua relação com o aprimoramento das forças produtivas.

<sup>8</sup> O momento da produção é predominante visto que, como produtor de valores-de-uso, é um elemento presente em qualquer sociedade e dispensa o processo de troca. No entanto, com a generalização das trocas sob o capitalismo, a circulação imprime determinações na produção, fazendo com que a produção capitalista e a circulação de mercadorias se pressuponham. Esse ponto será discutido mais detidamente quando abordarmos o Livro II de *O Capital*.

<sup>9</sup> O “já produzida” deve ser entendido aqui em sentido analítico, e não em sentido cronológico. Como apontaremos logo adiante na discussão a respeito do Livro III, a totalidade do processo de produção é unidade do processo de produção e circulação. O momento da circulação pressupõe o da produção, mas o oposto também ocorre: sem o processo de circulação não há processo de produção de riqueza na forma específica de mercadoria. Mas é a produção que dá a dinâmica do processo e é ela o pólo dominante dessa unidade.



de riqueza. Por isso, no Livro III está a síntese do argumento: retorna-se aos fenômenos, ponto de partida, para explicá-los. De posse do entendimento dos momentos fundamentais da produção e circulação, é possível explicar cada uma de suas partes e estabelecer os seus nexos. E dessa explanação faz parte tanto o momento da explicação de como aquele fenômeno se integra na totalidade social, o que torna necessária uma crítica às explicações correntes desse dado fenômeno, e o momento de se explicar o motivo pelo qual surgem interpretações equivocadas do fenômeno, que na verdade fazem parte do próprio fenômeno e têm existência real.

No Livro III há uma direção no desenvolvimento do argumento, estabelecida com o objetivo de ir revelando progressivamente cada dimensão da mistificação: a transformação do excedente de riqueza produzido (mais-valia) em lucro; a transformação do lucro em lucro médio; a lei da tendência à queda da taxa de lucro (tendência talvez mais visível naquele momento e, por isso, um fenômeno a ser explicado); o processo de autonomização das formas do capital (*capital-mercadoria* e *capital-dinheiro*, que se autonomizam em relação ao *capital produtivo*); a explicação da origem do juro dentro desse modo de produção; a explicação da renda fundiária; e, por fim, como síntese de todo argumento desenvolvido desde o Livro I, a explicação do processo por meio do qual a riqueza produzida se liga a fontes específicas (capital, terra e trabalho) e aparece como se emanasse delas.

Em toda essa sequência do Livro III, o objetivo é mostrar qual o fundamento central da riqueza sob esse modo social de produção de riqueza, isto é, mostrar aquele elemento que dá inteligibilidade às formas por meio das quais a riqueza se manifesta (seja na forma de juro, salário ou renda). O objetivo é revelar os nexos entre cada uma dessas formas particulares e com a riqueza em geral, produzida numa totalidade.

A última seção do Livro III, *Os rendimentos e suas fontes*, é onde todo esse argumento se sintetiza. O objeto da seção é mostrar como a riqueza social está associada não só ao trabalho, a sua substância, mas também a coisas (capital e terra), e como essa riqueza de mesma substância (trabalho) aparece como proveniente de três fontes distintas.

### **3. Livro I: a produção**

Um excelente resumo do processo de desvelar a mistificação na qual estão envoltas as categorias econômicas, realizado ao longo dos três livros de *O Capital*, encontra-se num pequeno trecho do capítulo 48 do Livro III. Tomaremos esse trecho como base para traçar como esse processo é realizado ao longo da obra.

No começo do trecho a seguir, Marx aponta a conexão entre *reificação* e *mistificação* e, num segundo passo, aponta a relação que faz com que haja uma progressiva mistificação da realidade. Nas palavras do autor:

Ao examinar as categorias mais simples do modo de produção capitalista e mesmo da produção de mercadorias, ao examinar a mercadoria e o dinheiro, já demonstramos o caráter mistificador que transforma as relações sociais, a que os elementos materiais da riqueza servem como portadores na produção, em propriedades dessas próprias coisas (mercadorias) e, de modo ainda mais explícito, a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 277-278)

Aqui o autor retoma o começo do Livro I, à seção *mercadoria e dinheiro*, e aponta que ali está a base para se entender o processo de reificação crescente das relações sociais, processo delineado ao longo de toda a obra. Na sequência, Marx aponta:

Todas as formas sociais, à medida que levam à produção de mercadorias e à circulação de dinheiro, participam dessa distorção. Mas, no modo de produção capitalista e no caso do capital, que constitui sua categoria dominante, sua relação de produção determinante, esse mundo encantado e distorcido se desenvolve muito mais. (Ibid, Livro III, Tomo II, p. 278)

O capital, em sua dinâmica auto-expansiva, tende a subordinar toda produção à sua lógica, tende a subordinar as relações sociais básicas da reprodução à uma relação que aparece como propriedade de uma coisa. Assim, tende a fazer com que as relações sociais apareçam cada vez mais como relações entre coisas, ou seja, tende a *mistificar* cada vez mais essas relações, *reificando-as* e *naturalizando-as*.

Após apontar as bases do processo de mistificação crescente da realidade, Marx retoma a trajetória seguida em *O Capital*. Partindo do processo de produção, objeto do Livro I:

Considerando-se inicialmente o capital no processo de produção imediato – como sugadouro de mais-trabalho, então essa relação é ainda muito simples e o nexos interno real se impõe aos portadores desse processo, aos próprios capitalistas e está em sua consciência. A violenta luta em torno dos limites da jornada de trabalho demonstra isso de modo contundente. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 278)

Desse modo, é a esfera da produção que revela o conflito entre classe trabalhadora e classe capitalista e, portanto, oferece um fenômeno que possibilita a emergência da ideia de que a mais-valia se origina no processo de produção: o conflito, fenômeno a ser explicado, faz emergir a ideia de que não há uma remuneração natural dada ao trabalho e ao capital. O conflito faz emergir a ideia de que a riqueza é repartida entre classes sociais, não sendo puramente natural. Essa é uma dimensão que os clássicos, em especial Ricardo, já haviam conseguido identificar<sup>10</sup>.

Mas, ainda na esfera da produção (Livro I), há mecanismos que obscurecem esse processo de fundo:

<sup>10</sup> O tema da distribuição da riqueza tem grande peso em *Princípios de Economia Política e tributação* (RICARDO, 1985). No prefácio da obra, Ricardo chega a afirmar que “determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política [...] (p. 39)”. Discordamos quando o autor afirma que a discussão a respeito da distribuição é a tarefa central, mas é importante ressaltar que a distribuição é uma relevante dimensão da totalidade social que o autor consegue identificar.

Mas mesmo dentro dessa esfera não mediada, na esfera desse processo imediato entre trabalho e capital, isso não fica tão simples. Com o desenvolvimento da mais-valia relativa no autêntico modo de produção especificamente capitalista, com que se desenvolvem as forças produtivas sociais do trabalho, essas forças produtivas e as conexões sociais do trabalho aparecem no processo imediato de trabalho como deslocadas do trabalho para o capital. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 278)

Aqui ele aponta o processo decorrente da busca de mais-valia extra: os vários capitalistas, buscando um maior lucro, tendem a buscar um aumento de produtividade para produzir a um custo inferior ao dos concorrentes. No entanto, como todos os capitalistas são compelidos a esse processo por causa da concorrência, quando essa nova técnica de redução de custos se dissemina há queda dos custos de todos os produtores, o que reduz o valor unitário das mercadorias e acaba com a mais-valia extra. Mas o processo de busca de mais-valia extra, atuando também sobre o setor que produz os meios de subsistência dos trabalhadores, faz com que caia o valor da força de trabalho, tornando possível aumentar a parcela destinada à mais-valia. Desse modo, ao processo consciente de busca de mais-valia extra está associado a um processo inconsciente de obtenção de mais-valia relativa, o que é a *base real* da mistificação dessa última.

A mais-valia relativa deve-se ao aumento da produtividade de um setor específico, mas não pode ser vista enquanto tal, pois: i) a tendência ao aumento da produtividade está presente nos setores da economia em geral, e não só no setor que produz meios de subsistência; e ii) a mais-valia relativa, apesar de ser produzida por um setor específico da economia, é apropriada pelos setores da economia como um todo. E como o aumento de produtividade é advindo do aumento do volume de recursos despendidos em meios de produção em relação ao volume de recursos despendido em trabalho na composição do capital total (processo chamado de elevação da composição orgânica do capital<sup>11</sup>), essa riqueza aparece, de imediato, como produto do próprio capital: é a ele que é atribuída a elevação da mais-valia. Sobre isso, Marx afirma: “com isso, o capital já se torna um ente muito místico, à medida que todas as forças produtivas sociais do trabalho aparecem como forças pertencentes ao capital e não ao trabalho enquanto tal, brotando de seu próprio seio (ibid, Livro III, Tomo II, p. 278).”

Talvez seja fecundo pensar na afirmação de que “*todas as forças produtivas sociais do trabalho aparecem como forças pertencentes ao capital*”. No Livro I, mesmo antes de discutir o processo de produção de mais-valia relativa, Marx já mostra como a produção é dominada pelo capital. Mesmo que o conflito entre capital e trabalho já demonstre que o trabalho é imprescindível à produção de riqueza, o capital também se apresenta com esse poder: sem capital não existe trabalho assalariado, que sendo a forma predominante de exercício do trabalho, a única que está na consciência, é visto como o único tipo de trabalho, é *naturalizado*. E nessa relação o trabalho aparece dominado pelo capital: é mais requerido ou menos requerido dada a dinâmica do capital e torna-se relativamente

---

<sup>11</sup> Cf. Marx (1996b, Livro I, Tomo II, pp. 245-246)

dispensável com o aumento da composição orgânica. Em suma, seu ritmo é o ritmo do capital. Não é casual que no capítulo V do Livro I, *O processo de trabalho e o processo de produzir mais-valia*, o trabalho apareça, sob as relações de produção dominadas pelo capital, como *capital variável*, ao lado do capital constante. O trabalho torna-se ele mesmo capital, mudando apenas o adjetivo: é *variável*.

Depois desses comentários a respeito da noção de mistificação no Livro I de *O Capital*, passemos agora ao Livro II, que trata do processo de circulação do capital. Levar essa esfera em consideração é necessário para chegar à totalidade do processo de reprodução social, visto que a mais valia produzida não é realizada se as mercadorias produzidas não são colocadas no mercado.

#### 4. Livro II: o processo de circulação do capital

Para seguirmos adiante, temos que ressaltar o plano traçado no Livro II. O objeto desse livro é tratar do processo de circulação do capital, processo pelo qual o capital deve passar para realizar a mais-valia. Como apontamos anteriormente, no modo de produção capitalista a produção e a circulação se pressupõem, e o fato de a realização do valor depender da circulação faz com que essa esfera tenha determinações sobre o volume de riqueza apropriada por cada capital individual.

Discutiremos aqui dois importantes processos que contribuem para a mistificação da origem da riqueza no capitalismo. A primeira diz respeito aos diferentes ciclos por meio dos quais o capital se apresenta, tratados na Seção I do Livro II (*As metamorfoses do capital e seu ciclo*). A segunda diz respeito à importância do tempo de rotação para o processo de apropriação da mais-valia, objeto da Seção II do Livro II (*A rotação do capital*). Tratemos de cada uma em maior detalhe.

Marx começa o Livro II discutindo *As metamorfoses do capital e seu ciclo*, isto é, as formas pelas quais o capital, em seu processo de valorização, precisa passar antes de completar o ciclo, antes de chegar ao fim do processo para recomê-lo. O capital assume a forma de dinheiro, de mercadoria e de capital produtivo, formas que se pressupõem no movimento de reprodução do capital e que imprimem determinações no processo.

O ciclo de reprodução do capital pode ser olhado pela ótica do ciclo do capital-dinheiro, do ciclo do capital-mercadoria ou do ciclo do capital produtivo. Em outras palavras, a totalidade do processo pode ser tomada como o ciclo de uma forma específica do capital, mistificando a totalidade da reprodução. Apontaremos em seguida apenas algumas das limitações.

O ciclo do capital-dinheiro se expressa como:

D – M (MP e FT) ...P... M' – D'

que significa valor na forma dinheiro que compra mercadorias (meios de produção e força de trabalho), entra no processo produtivo (“...P...” significa que a circulação está interrompida, pois o capital está no processo de produção), volta à circulação na forma de mercadoria de valor incrementado ( $M'$ ) que, por fim, se encarna em um equivalente em dinheiro ( $D'$ ) por meio da troca.

Esse processo, apesar de mostrar o processo de produção como um processo de produção de mais-valia (já que tem seus extremos em  $D$  e  $D'$ ), não consegue explicar o reinício do processo de produção, visto que o  $D'$  realizado não significa necessariamente que ele deve voltar ao processo de produção com vistas à realização de nova mais-valia. Assim, não consegue explicar o processo de acumulação crescente de riqueza.

Tratemos agora do ciclo do capital produtivo, que é descrito como:

$P... M' - D' - M$  (MP e FT) ...P

que significa produção que lança na circulação valor incrementado sob a forma de mercadoria, que então se encarna em um equivalente em dinheiro que, por sua vez, é trocado por meios de produção e força de trabalho com o objetivo de realizar novamente o processo de produção. Esse ciclo é capaz de explicar o reinício do processo de produção já que começa com a produção e termina com o produto obtido reingressando na produção, mas deixa inexplicada a origem da mais-valia visto que a produção é mediada por um processo de circulação simples ( $M - D - M$ ) e, dessa maneira, a troca se apresenta como forma de obtenção de valores de uso, e não de realização da mais-valia.

Por último, o ciclo do capital-mercadoria:

$M' - D' - M$  (MP e FT) ...P...  $M'$

Nesse ciclo a mercadoria se troca por um equivalente em dinheiro, que então é utilizado para comprar mercadorias que entram no processo de produção e, então saem dele como mercadoria incrementada de valor. Esse ciclo dá conta de explicar como o processo de troca serve à alocação dos diferentes valores-de-uso em uma economia na qual os produtores não produzem a totalidade dos valores-de-uso de que necessitam para a reprodução do processo, mas também deixa sem explicação a origem da mais-valia já que também nesse ciclo há um processo de circulação simples ( $M - D - M$ ). Aqui, só se vê mercadoria.

Cada um desses ciclos, comandados por cada uma dessas formas, ao mesmo tempo revela e *mistifica* o real: mostra um momento do processo, mas mistifica a realidade quando generaliza esse momento como sendo a totalidade do processo. Nessa primeira seção do Livro II já se mostra que o capital não é uma relação estática, mas processo: ele precisa circular e se encarnar em diferentes formas para realizar o processo de produção de mais-valia. E o processo pode ser visto por meio de uma dessas três formas dependendo da importância que se dá a cada uma delas na dinâmica da

circulação. Os clássicos (como Smith e Ricardo), por exemplo, identificaram o movimento do capital como sendo o movimento do ciclo do capital produtivo<sup>12</sup>, o que possibilitou uma explicação do processo de reprodução do capital mas deixou a descoberto a origem da mais-valia. A superação da unilateralidade de cada uma dessas óticas somente é possível por meio da integração dos três ciclos na totalidade do processo de produção, isto é, sob a lógica do *capital industrial*, segundo a qual o capital é um processo de produzir mais-valia que pressupõe as três formas com seus respectivos ciclos. É a lógica da produção de mais-valia que integra esses três ciclos numa totalidade.

Uma segunda determinação importante do processo de circulação é o *tempo de rotação*, tema da Seção II (*A rotação do capital*). O capital adiantado no processo de circulação tem que percorrer todo o ciclo para então retornar incrementado de mais-valia, o que leva um tempo chamado de *tempo de rotação*. Como o capital só pode ser novamente despendido no processo de produção depois de retornar à forma original, se o tempo de rotação for reduzido o capital conseguirá entrar no processo produtivo mais vezes, aumentando a produção de mais-valia. O tempo é, então, uma variável importante no que diz respeito ao volume de riqueza apropriada pelo capital<sup>13</sup>.

Com a circulação é pressuposto da realização da produção, ela acaba por exercer determinações sobre a apropriação de mais-valia e faz com que parte da riqueza se apresente como sendo proveniente da própria circulação:

E tanto a restituição dos valores adiantados na produção quanto especialmente a mais-valia contida nas mercadorias parecem não apenas se realizar na circulação, mas se originar dela, *ilusão* consolidada especialmente por duas circunstâncias: primeiro, o lucro na venda, que depende de trapaça, astúcia, experiência, habilidade e mil conjunturas de mercado; há, porém, a circunstância de que aqui, ao lado do *tempo de trabalho*, entra um segundo elemento determinante: o *tempo de circulação*. É bem verdade que este só atua como obstáculo negativo na formação de valor e de mais-valia, mas tem a aparência de ser uma causa tão positiva quanto o próprio trabalho e de trazer uma determinação proveniente da natureza do capital e independente do trabalho. (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, p. 278, *itálicos adicionados*)

## 5. Livro III: o processo global da produção capitalista

No Livro III de *O Capital*, Marx busca analisar o processo global da produção capitalista, entendido como unidade entre processo de produção e circulação (temas dos Livros I e II, respectivamente). Essa unidade já é demonstrada na Seção III do Livro II, onde se aponta a possibilidade de

<sup>12</sup> Como afirma o próprio Marx: “o ciclo do capital produtivo é a forma na qual a Economia clássica examina o processo de circulação do capital industrial. (1984, Livro II, p. 63)” Discutiremos a categoria de capital industrial logo a seguir.

<sup>13</sup> Algo análogo ocorre com o tempo de trabalho: sendo a produção da mais-valia relativa decorrente da elevação da produtividade do trabalho, a redução do tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria é visto como um fator positivo no que diz respeito à riqueza apropriada. Em ambos os casos, sendo a redução de tempo um processo comandado pelo capital, a riqueza daí advinda aparece como produto do próprio capital.

abandonar os níveis de abstração adotados no estudo separado de produção e circulação. Feito isso, o que se impõe como tarefa no Livro III é o retorno progressivo ao mundo dos fenômenos, dando inteligibilidade às várias formas de manifestação do processo de produção. Segundo Marx, o objetivo é

encontrar e expor as formas concretas que surgem do *processo de movimento do capital considerado como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se defrontam em tais formas concretas, para as quais a figura do capital no processo de produção direto, bem como sua figura no processo de circulação, só aparece como momento específico. As configurações do capital, como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo, da forma em que elas mesmas aparecem na superfície da sociedade, na ação dos diferentes capitais entre si, na concorrência e na consciência costumeira dos agentes da produção. (MARX, 1984b, Livro III, Tomo I, p. 23)

Podemos dizer que, por essas características, o Livro III é onde a ideia de mistificação aparece de forma mais clara. Realizada a investigação a respeito do processo de produção e circulação em separado e feita a integração dos dois momentos, estamos de posse de uma perspectiva da totalidade do processo, necessária para entender as várias manifestações dessa totalidade. Categorias como o lucro e o juro, que tomadas isoladamente se apresentam envoltas num mistério, ganham inteligibilidade e têm seus nexos estabelecidos quando analisadas da perspectiva da totalidade do processo.

Mas o entendimento das categorias aparentiais realiza-se por meio de uma necessária crítica às concepções correntes a seu respeito, sejam essas concepções cotidianas ou científicas. É uma crítica que além de demonstrar o erro das concepções correntes tem necessariamente que explicar a sua gênese, já que são essas concepções errôneas que guiam o agir dos indivíduos no processo de produção. Desse modo, o entendimento correto dos fenômenos é não apenas o entendimento correto dos seus nexos com o processo global, mas também o entendimento da sua manifestação numa forma necessária à sua própria existência como categoria. Como exemplificamos anteriormente (seção 1 deste trabalho), mais-valia e valor da força de trabalho existem, e só podem existir, por intermédio das categorias mistificadoras de lucro<sup>14</sup> e salário.

A seguir, começaremos a tratar das seções mais importantes do Livro III no que diz respeito à ideia de mistificação. A Seção I trata do processo por meio do qual a mais-valia se apresenta sob a forma de lucro. A Seção II, do processo no qual o lucro se transforma em lucro médio e, desse modo, do processo por meio do qual o lucro de determinado capital aparece como uma riqueza atribuída não ao mais-trabalho que consegue extorquir, mas ao próprio tamanho desse capital. A Seção IV trata do processo de autonomização das formas funcionais do capital, que apaga os nexos de determinados capitais com a produção. A Seção V, do processo por meio do qual o capital vira mercadoria e aparece a forma juro, forma mistificada da mais-valia. E, por fim, a Seção VII, onde

---

<sup>14</sup> A mais-valia pode aparecer sob formas ainda mais mistificadas, como o juro. Trataremos desse assunto adiante.

se busca desvelar a mistificação envolvida nas formas de aparecer da riqueza produzida (salário, renda e juro).

### 5.1 A transformação da mais-valia em lucro

Na primeira seção do livro o que Marx busca explicar é o processo por meio do qual a riqueza excedente produzida não se mostra de imediato como tendo origem no trabalho (tal como identificado no Livro I), tendo a aparência de provir também de outras fontes. Já no Livro I, todos os componentes do processo de produção são componentes do processo de produção de valor e estão subordinados à lógica do capital. O trabalho, estando sob a forma de capital variável e tendo como valor-de-uso produzir valor, faz com que a mais-valia, fruto da diferença entre o valor novo produzido pelo trabalho e o valor recebido pelos trabalhadores, seja *mistificada*: o lucro, forma transmutada da mais-valia, é fruto do capital total adiantado, do qual o trabalho é apenas uma parte (capital variável). Como os componentes do processo de produção se indiferenciam como capital, a mais-valia parece provir de todo o capital adiantado e, portanto, aparece como lucro do capital.

No total de capital despendido só se faz valer uma diferença: entre *capital fixo* e *capital circulante*. Em termos gerais, capital circulante é aquele que entra completamente em um mesmo processo de produção, como por exemplo as matérias-primas e matérias auxiliares; o capital fixo é aquele que participa de mais de um processo de produção, como os meios de trabalho (máquinas, ferramentas)<sup>15</sup>. O trabalho, estando sob a forma de capital (capital variável) e dada a sua característica de ser fornecido dentro de um mesmo processo produtivo, se iguala às matérias-primas, aparecendo junto com elas sob a forma de capital circulante:

Essa diferença entre capital fixo e capital circulante em relação ao cálculo do preço de custo só comprova, portanto, o surgimento aparente do preço de custo a partir do valor-capital despendido ou do preço que os elementos de produção despendidos, inclusive o trabalho, custam ao próprio capitalista. Por outro lado, a parte variável de capital, desembolsada em força de trabalho, é identificada aqui expressamente, com referência à formação do valor e sob a rubrica de capital circulante, com o capital constante (a parte de capital consistente em materiais de produção), consumando-se assim a mistificação do processo de valorização do capital (MARX, 1984b, Livro III, Tomo I, p. 28).

Enquanto o *valor* de uma mercadoria é a soma do capital constante, capital variável e mais-valia, o *preço de custo* é a soma de capital fixo e capital circulante, ao qual se agrega o lucro. A riqueza, que em *essência* é composta de trabalho vivo e trabalho morto, sendo a mais-valia um excedente de trabalho vivo, na *aparência* é composta de capital em forma fixa e circulante, sendo o lucro um produto dessas duas partes do capital. O poder de gerar riqueza é deslocado do trabalho para o

<sup>15</sup> Para mais informações, ver *O Capital*, Livro II, Seção II, capítulo VIII (Capital Fixo e Capital Circulante), em Marx (1984).



capital e, desse modo, a mais-valia transforma-se em lucro: de produto do trabalho em produto do capital.

No que, inicialmente, tange ao capital despendido na produção, a mais-valia parece originar-se por igual de seus distintos elementos de valor, que consistem em meios de produção e em trabalho. Pois esses elementos entram por igual na formação do preço de custo. Eles agregam por igual seus valores disponíveis como adiantamentos de capital ao valor-produto e não se diferenciam como grandezas de valor constante e variável. (ibid, Livro III, Tomo I, pp. 28-29)

E o tamanho desse excedente depende da circulação, fazendo com que a mercadoria possa ser vendida abaixo do seu valor e ainda assim com lucro. O capitalista, desse modo, tende a considerar o preço de custo como o preço mínimo de venda, preço pelo qual ele ao menos recupera o capital adiantado, e o lucro aparece como um simples excedente sobre o preço de custo, e não como trabalho não-pago.

O excedente de valor, ou mais-valia, realizado por ocasião da venda da mercadoria aparece, por isso, ao capitalista como excedente de seu preço de venda sobre seu valor, ao invés de como excedente de seu valor sobre seu preço de custo, de modo que a mais-valia contida na mercadoria não se realiza pela venda desta, mas se origina da própria venda. (ibid, Livro III, Tomo I, p. 30)

Desse modo, “para o capitalista individual, a mais-valia realizada por ele mesmo depende tanto da luta recíproca por vantagens quanto da exploração direta do trabalho. (ibid, Livro III, Tomo I, p. 34)” E a própria taxa de lucro se distingue da taxa de mais-valia: enquanto essa última se refere à proporção entre o trabalho pago e o não-pago, a categoria aparental de lucro se refere à proporção entre o excedente e o total de capital despendido. E é a taxa de lucro o indicador, para o capitalista, da rentabilidade do capital, pois é ela a categoria se manifesta aos agentes do processo de produção. Assim, “pelo fato de que todas as partes do capital aparecem igualmente como fontes de valor excedente (lucro), a relação-capital é mistificada (ibid, Livro III, Tomo I, 35).”

Marx, no capítulo II do Livro III, oferece um resumo da mistificação engendrada pela transformação da mais-valia em lucro:

Na mais-valia a relação entre capital e trabalho está posta a nu; na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valia, como ela aparece, por um lado, como excedente realizado no processo de circulação, acima do preço de custo da mercadoria, por outro, como excedente determinado mais de perto por sua relação com o capital global, *o capital aparece como relação consigo mesmo*, uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto. Que ele produz esse valor novo durante seu movimento através do processo de produção e do processo de circulação, isso está na consciência. Mas como isso ocorre, está mistificado e parece provir de qualidades ocultas, inerentes a ele (ibid, Livro III, Tomo I, pp. 37-38).

## 5.2 A transformação do lucro em lucro médio

Um novo mecanismo da mistificação é gerado com *a transformação do lucro em lucro médio*, tema da Seção II do Livro III. O problema fundamental dessa seção é mostrar o processo por meio do

qual o valor excedente, que é trabalho não-pago, aparece para cada capital individual como um percentual do volume de capital. Isto é, o problema a resolver é como capitais de igual grandeza, mas que possuem composições diferentes de capital variável (o elemento que gera valor), recebem em média o mesmo lucro.

Aqui Marx apresenta uma nova determinação do processo de circulação sobre a apropriação da riqueza produzida: a concorrência, que iguala a taxa de lucro de setores com diferentes composições orgânicas. Expliquemos brevemente esse processo.

Os capitais buscam aumentar o lucro do qual se apropriam. Assim, se determinado setor tem um nível de lucratividade acima da média, capitais tendem a migrar para esse setor para se apropriar desse lucro excedente. À medida que novos capitais entram no setor, a concorrência dentro dele aumenta e, como tendência, a sua lucratividade reduz-se à lucratividade média. Desse modo, setores com menor composição orgânica, isto é, que empregam proporcionalmente mais-trabalho e, portanto, têm maior taxa de mais-valia, não podem se apropriar de um lucro equivalente a essa mais-valia. Se por algum motivo isso chegasse a ocorrer, capitais migrariam de outros setores para se apropriar desse lucro mais elevado e, como tendência, levariam à queda desse lucro à média. A concorrência é, então, um mecanismo de mediação por meio do qual a riqueza apropriada por determinado capital não é a riqueza que ele produz, mas uma cota da mais-valia global produzida. Ela é um processo inconsciente de repartição dos ganhos obtidos pela atuação em conjunto dos diversos capitais.

A diferença entre mais-valia e lucro, já apontada na Seção I do Livro III, ganha na Seção II uma nova dimensão. Naquela seção já se aponta que a mais-valia é uma categoria da *produção* de riqueza e, como tal, reflete a proporção entre trabalho pago e não-pago, enquanto o lucro é uma categoria da *apropriação* de riqueza, referindo-se à quantidade de riqueza que é possível apropriar com o emprego de determinado capital. Enquanto a mais-valia se refere diretamente ao trabalho, o lucro se refere diretamente ao próprio capital. E, no modo de produção capitalista, a referência tem de ser o lucro: o que interessa ao capital é se valorizar, se expandir, e isso não depende de quanto ele produz, mas de quanto ele se apropria. Assim, dado capital busca se apropriar de, no mínimo, a taxa de lucro média, e não da mais-valia que ele mesmo produz.

Se na Seção I do Livro III o lucro já não está diretamente ligado à mais-valia, aparecendo como fruto do capital total despendido (preço de custo), na Seção II a distância com relação à mais-valia se amplia ainda mais: o lucro, além de se referir ao montante de capital despendido, é balizado por uma taxa média, que independe da atividade na qual o capital está empregado. A referência do empresário para julgar o sucesso ou fracasso em determinada empreitada não é a mais-valia produzida pelo capital empregado, mas a taxa média de lucro: o seu sucesso será tanto maior quanto

maior for o lucro em relação ao lucro médio, e o fracasso tanto maior quanto mais baixo for o lucro em relação à média.

### *5.3 Seção IV do Livro III: o processo de autonomização das formas funcionais do capital*

O capital, para realizar a mais-valia produzida, deve passar pelo processo de circulação. E, como discutido na seção 4 (a respeito do Livro II), o capital deve assumir três formas: a de capital produtivo (empregado no processo imediato de produção), a de capital-mercadoria e a de capital-dinheiro. O processo de produção, portanto, pressupõe capital empregado não apenas na esfera diretamente produtiva, mas também na forma de tesouro (dinheiro) e na forma de mercadoria.

As formas de dinheiro e de mercadoria, apesar de não produzirem mais-valia, são formas necessárias a sua produção, não sendo possível suprimi-las. Mas os recursos empregados nessas formas podem ser reduzidos por meio da especialização de parcelas do capital no comércio de mercadorias e no comércio de dinheiro, passando inclusive a pertencer a capitalistas separados.

As leis gerais de funcionamento do capital levam ao processo de autonomização das formas funcionais, que tem pelo menos duas grandes vantagens. A primeira é a liberação de capital do processo produtivo: os vários capitais-mercadoria e capitais-dinheiro, que atuavam junto com os diversos capitais produtivos, se separam deles e se concentram em capitais maiores, reduzindo custos de escritório e tesouraria, além de empregar funcionários especializados em cada função. A segunda vantagem é a elevação da taxa anual de mais-valia, decorrente da elevação da velocidade de rotação do capital, que por sua vez ocorre por dois motivos: i) o capital produtivo se defronta com um número muito menor de compradores (que agora são os capitalistas que encarnam o capital de comércio de mercadorias), fazendo com que a venda da mercadoria se realize mais rapidamente do ponto de vista do capital produtivo; e ii) com a forma capital de comércio de dinheiro os vários caixas dos capitalistas industriais se centralizam em algumas instituições de intermediação, possibilitando a redução dos procedimentos de pagamento e recebimento entre capitalistas.

Esse processo de autonomização tem determinações novas para a mistificação. Como o capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro se especializam e funcionam como capitais autônomos, separados do processo produtivo, eles requerem um lucro para funcionar. E como demonstrado nas Seções I e II do Livro III, o lucro não é fruto da mais-valia produzida por determinado capital, mas uma cota da mais-valia global produzida, fazendo com que o capital comercial, mesmo não produzindo diretamente mais-valia, entre no rateio: apesar de não ser produtivo ele também é capital, e enquanto tal tem direito a um lucro proporcional ao seu tamanho. É o *lucro comercial*, uma cota da mais-valia total produzida. Esse processo leva a uma nova

dimensão da mistificação: o lucro se afasta ainda mais do processo imediato de produção, sendo atribuído cada vez mais a características ocultas do próprio capital.

Mas esse processo de autonomização cria ainda novas determinações, levando a novas dimensões do processo de mistificação. É dessas consequências do processo de autonomização que trataremos a seguir.

#### 5.4 Seção V do Livro III: Divisão do lucro em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros

Nesse momento da análise já existe uma taxa média de lucro, isto é, ao capital já é atribuído um rendimento de acordo com a sua grandeza, independentemente da atividade na qual ele está empregado (produtiva ou improdutiva). Além disso, já existe o capital de comércio de dinheiro, capital-dinheiro autonomizado. Dada essa base, já se abre a possibilidade de a dinâmica auto-expansiva do capital, que leva a uma mercantilização crescente da riqueza, transformar o próprio capital em mercadoria.

Dinheiro [...] pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. [...] Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria [...]. O capital enquanto capital se torna mercadoria. (Marx, 1984b, Livro III, Tomo I, p. 255)

Quando o próprio capital vira mercadoria há a separação entre *capital propriedade*, aquele que é emprestado mediante recebimento de juros, e *capital função*, aquele diretamente empregado no processo produtivo. O capital propriedade é o *capital portador de juros*, que recebe uma remuneração pelo simples fato de ser capital.

No capital portador de juros toda a mediação entre adiantamento do capital e a realização da mais-valia produzida fica apagada: desaparecem o processo de compra e venda de mercadorias e a passagem pelo processo produtivo. Surge o D – D', capital como dinheiro que se valoriza, *capital consigo mesmo*. De acordo com Marx, “a determinação social antagônica da riqueza material – seu antagonismo ao trabalho enquanto trabalho assalariado – já está, independentemente do processo de produção, expressa na propriedade de capital enquanto tal. (ibid, Livro III, Tomo I, p. 267)” Com a separação entre capital função e capital propriedade, a mais-valia se divide em duas remunerações distintas: *ganho empresarial*, atribuído ao capitalista funcionante, e *juro*, atribuído ao capitalista proprietário. O lucro, que no processo imediato de produção apresenta relações com a exploração do trabalho direto já muito atenuadas com a aparência do preço de custo e com a formação do lucro médio, se distancia ainda mais de sua origem com o aparecimento do ganho empresarial: como é

atribuído ao capitalista em função, o ganho empresarial chega a se confundir com um salário de gerência, aparecendo quase como salário. Afinal, se o capitalista em função não incorresse na atividade de empregar capital, com todos os riscos que ela envolve, não obteria esse ganho<sup>16</sup>. Enquanto isso o juro, a outra parte da mais-valia, aparece como fruto direto do capital, como natural dele. Nessa forma a mistificação da origem da mais-valia atinge o grau máximo, pois nela a relação com o processo de exploração do trabalho está totalmente apagada: a mais-valia aparece como fruto de uma coisa, capital, e não de uma relação social. É o desenvolvimento máximo do fetiche: o capital é uma coisa não só que se expande, mas que se expande por si mesma, por um processo próprio dele, sem ligação com nenhuma relação social. Essa relação emana de uma coisa e, portanto, é *reificada* e, desse modo, vista como *natural*. É, em outras palavras, *mistificada*.

A partir da constituição do capital portador de juros apresenta-se um processo de mistificação crescente da realidade, pois a partir dessa forma, na qual de imediato não há nenhum vestígio da mais-valia, emergem novas formas. Quando a forma juro se dissemina, todo capital passa a ter a capacidade de prover juros. E, também o oposto começa a aparecer como verdadeiro: todo rendimento parece provir de um capital, ser juro de um capital. Quando a mercantilização atinge os fluxos de riqueza, como o salário por exemplo, permitindo que sejam transacionados o direito de apropriação de rendas futuras, surge o *capital fictício*: algo que não é capital mas funciona como capital.

Aqui não trataremos do capital fictício em maior detalhe<sup>17</sup>. O que podemos dizer é que a partir da exacerbação da lógica do capital portador de juros abre-se o caminho para um processo de mistificação crescente do processo de produção de riqueza: do capital portador de juros emerge o capital fictício; essa lógica se amplia, gerando formas de capital fictício que não possui nem mesmo um fluxo de rendimento como base, mas sim outro capital fictício. Alguns apontam inclusive o surgimento de *lucros fictícios*, fruto do processo de exacerbação da lógica do capital fictício<sup>18</sup>. O que apontamos é que na forma do capital portador de juros a apropriação já se autonomizou da

---

<sup>16</sup> Aqui entra um fator importante, que Carcanholo (2003) chamou de “sagacidade do empresário”. No capítulo II do Livro III, Tomo II (MARX, 1984), em trecho também citado por Carcanholo, diz Marx: “[...] para o capitalista individual, a mais-valia realizada por ele mesmo depende tanto da luta recíproca por vantagens quanto da exploração direta do trabalho (p. 34).” O lucro empresarial depende diretamente da atividade do capitalista, entre as quais encontra-se a sua atuação no processo de circulação, isto é, na compra de meios de produção e na venda das suas mercadorias (citando o caso do capital produtivo). Quanto maior a sua “sagacidade”, quanto maior o seu trabalho, maior tende a ser o seu ganho.

<sup>17</sup> O tema do capital fictício aparece de forma mais clara no capítulo XXIX do Livro III de O Capital (MARX, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 9-17).

<sup>18</sup> Sobre lucros fictícios, cf. Carcanholo&Nakatani (1999).

produção, mas com a exacerbação da lógica do capital fictício a distância entre produção e apropriação tende a crescer ainda mais por determinados períodos de tempo<sup>19</sup>.

### 5.5 O fecho lógico de *O Capital* e a mistificação da origem da riqueza: a seção sobre Os rendimentos e suas fontes

A Seção VII do Livro III é o fecho lógico de *O Capital*. Os procedimentos de abstração adotados nos Livros I e II deram a base para a compreensão da totalidade do processo, possibilitando a análise das categorias aparentiais realizada no Livro III. Esses fenômenos parciais não possibilitam ver qual a origem da riqueza no modo de produção capitalista, que aparece sob a forma de salário, renda da terra, juro, ganho empresarial. Dados os vários processos sociais de mediação entre a produção e a apropriação da riqueza, trabalhados ao longo de *O Capital* e retomados neste trabalho em seus momentos básicos, a origem mesma da riqueza fica dissimulada, ficando visível somente a base para a sua apropriação. Assim, o salário, que é apropriado por meio do trabalho, é visto como tendo origem no trabalho e sendo o seu justo pagamento; a renda, que é apropriada por meio da propriedade privada da terra, é vista como tendo origem na própria terra, em suas capacidades naturais; o juro, que é apropriado pelo capital propriedade, é visto como sendo fruto do próprio capital.

Assim, o fecho lógico de *O Capital* é desfazer a aparência de a riqueza ter como origem capital, terra e trabalho, que são na realidade os meios pelos quais a riqueza é apropriada. O objetivo é mostrar que *produção* e *apropriação* são momentos distintos: entre a produção e a apropriação há vários processos sociais de mediação, descritos ao longo de *O Capital*, que fazem com que a apropriação seja o momento imediatamente visível e a produção o momento mediado e oculto na imediateidade. E como capital, terra e trabalho são os meios pelos quais a riqueza é apropriada, eles aparecem como a própria fonte da riqueza: na aparência, produção e apropriação se confundem.

Logo no primeiro capítulo da Seção VII (capítulo XLVIII, *A fórmula trinitária*), Marx mostra o absurdo da trindade capital/juros, terra/renda e trabalho/salário. O seu primeiro passo é mostrar que uma riqueza que se apresenta como mercadoria, e como tal deve ter uma substância comum que possibilite a troca, não pode provir de fontes que não tem nada em comum umas com as outras. Ele trata de cada uma dessas fontes em separado, começando pelo capital:

Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção

<sup>19</sup> Esse distanciamento é por determinados períodos pois é limitado pelas crises, que queimam parte do estoque de capital fictício quando esse atinge grande volume. Sobre o tema das crises do capitalismo em Marx, cf. Carcanholo (1997).

materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro ou prata são, em si, dinheiro. [...] Aqui temos, portanto, uma forma social determinada, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo social de produção historicamente fabricado. (Marx, 1985, Livro III, Tomo II, pp. 269-270)

Em todo o desenvolvimento anterior em *O Capital*, Marx demonstrou que o capital é uma relação social específica, que dá determinada forma aos meios de produção e ao trabalho (que no modo de produção capitalista se apresenta como capital variável), o que faz com que os meios de produção sejam vistos como capital independentemente da relação social à qual está submetido. O fato de os meios de produção, sob a forma de capital, serem um elemento necessário ao processo produtivo, faz com que parte da riqueza produzida apareça como sendo fruto de sua própria constituição como capital.

Em seguida, trata da terra:

E, agora, ao lado disso, a terra, a natureza inorgânica enquanto tal, *rudis indigestaque moles*, em todo o seu primitivismo selvático. Valor é trabalho. Mais-valia não pode ser, por isso, terra. Absoluta fertilidade do solo faz apenas com que certo quantum de trabalho dê certo produto, dependendo da fertilidade natural do solo. A diferença na fertilidade do solo faz com que as mesmas quantidades de trabalho e capital, portanto o mesmo valor, se expressem em diferentes quantidades de produtos agrícolas e que, portanto, esses produtos tenham diferentes valores individuais. A equalização desses valores individuais até serem valores de mercado faz com que as vantagens do solo fértil sobre o inferior [...] sejam transferidas do lavrador ou do consumidor para o proprietário de terras. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 270)

A terra, que está presente em qualquer sociedade, no modo de produção capitalista aparece como tendo a capacidade de criar não só valores-de-uso, mas também valor. Estando apagada a origem da riqueza, a terra, por ser fonte de rendimento, aparece como sendo a própria produtora desse rendimento: ela é um elemento necessário no processo de produção e seus diferenciais de fertilidade proporcionam um diferencial de renda a apropriar. Assim, um elemento natural, pertencente a qualquer forma de produção em qualquer tempo e lugar, aparece como produtor de valor, forma específica de riqueza. De suas características naturais parece emanar riqueza sob a forma mercantil.

Por último, o trabalho:

E, por fim como terceiro elemento nessa união, um mero fantasma: “o” trabalho, que não é nada mais que uma abstração e, considerado em si, nem sequer existe ou, se consideramos o que se pretende dizer, a atividade produtiva do ser humano genericamente, mediante a qual ele intermedeia o metabolismo com a natureza, despojada não só de toda forma social e de toda determinação social do caráter, mas mesmo em sua mera existência natural, independente da sociedade, desligada de todas as sociedades e como exteriorização e afirmação da vida comuns ao homem, que ainda não é, no entanto, social e ao homem socialmente determinado de algum modo. (ibid, Livro III, Tomo II, p. 270)

Desse modo, o trabalho aparece completamente abstrato, como algo para além da sociedade: o trabalho é visto como atividade que cria valor, para além de qualquer forma social de produção. Ele não é trabalho sob condições específicas, é “o” trabalho, forma indiferenciada que não possibilita compreender nem o modo de produção capitalista nem as formas anteriores de reprodução social.

Assim, três coisas completamente distintas aparecem produzindo a mesma substância: valor. O valor advém da terra (natureza), do trabalho (atividade humana) e do capital (relação social encarnada em meios de produção). O fato de serem meios de apropriação faz com que, imediatamente, sejam identificadas como a própria fonte do valor. A respeito da ilusão de que o valor se origina de seus próprios componentes, comenta Marx:

[...] os diferentes componentes do valor da mercadoria obtêm formas autônomas nos rendimentos e como tais são referidos não ao valor da mercadoria como sua fonte, mas aos elementos materiais particulares de produção como suas fontes. Estão realmente relacionados com eles, mas não como componentes do valor, mas como rendimentos, como esses componentes de valor que recaem nessas categorias determinadas de agentes da produção: o trabalhador, o capitalista, o proprietário da terra. (ibid, Livro III, tomo II, p. 290)

Como buscamos mostrar na discussão das seções anteriores do Livro III, há um processo de mediação entre produção e apropriação, inerente à relação-capital, que faz com que a mais-valia não remeta diretamente à sua fonte, o processo de produção, mas ao próprio capital. Em suma, relações sociais capitalistas geram mecanismos de mediação entre produção e apropriação, fazendo desaparecer o trabalho como fonte da riqueza e deixando aparente apenas o meio pelo qual a riqueza é apropriada. Por esse processo, a riqueza é *reificada*, aparece como advinda das próprias coisas. A riqueza, em síntese, tem sua origem *mistificada*.

### Considerações finais

Em Marx, a noção de mistificação se refere à base real das falsas ideias, tanto das ideias que povoam o cotidiano quanto daquelas proferidas pela ciência. Explicar a gênese dessas ideias na própria realidade tem uma importante consequência para o argumento de Marx: a dinâmica do real gera uma consciência distorcida dos processos sociais, *necessária* à própria reprodução dessa dinâmica. A produção de mais-valia, base da dinâmica auto-expansiva do capital, não pode se realizar a não ser por intermédio das categorias aparentiais lucro e salário.

A ideia de mistificação não pode ser entendida sem a relação entre processos concretos que geram uma aparência distorcida da realidade e a apreensão, pela consciência, do real numa forma distorcida. Sem essa compreensão da mistificação não é possível entender a sequência do argumento de Marx em *O Capital*, pois ao longo de toda a obra ele busca reconstruir o seu objeto, a sociedade baseada no modo de produção capitalista, de modo a encontrar os processos reais em andamento, e essa reconstrução *só* se realiza por meio de um processo de crítica às ideias correntes, já que elas não são apenas *resultado* desses processos, mas também a sua *causa*. São resultado pois têm gênese nesse processo, mas também são causa, pois são pressuposto da continuidade do



processo. Falsas ideias e estruturas sociais em processo pressupõem-se mutuamente, fazem parte da mesma totalidade.

O correto entendimento dos processos em andamento numa realidade que não se mostra de imediato é necessariamente uma crítica às concepções distorcidas que dele emergem. Em suma, o trabalho de entendimento do processo por meio do qual a realidade se apresenta de forma mistificada é o próprio trabalho de entendimento dessa realidade, tarefa realizada em *O Capital*.

### Referências bibliográficas

BHASKAR, R. (1979). *The Possibility of Naturalism*. Brighton: Harvest.

CARCANHOLO, M. (1997) Formas, Conteúdo e Causa: uma proposta de interpretação marxista para o fenômeno crise. *Leituras de Economia Política*, Campinas, IE-UNICAMP, n. 5, dez. de 1997.

CARCANHOLO, R. NAKATANI, P. (1999) O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, pp. 264-304, jun. de 1999.

CARCANHOLO, R. (2003) Sobre a ilusória origem da mais-valia. In: *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 16, p. 76-95.

DUAYER, Mário. (2001) Marx, verdade e discurso. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jun. MARX, K. *O Capital*. (1996) Livro I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural.

MARX, K. *O Capital*. (1996) Livro I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural.

MARX, K. *O Capital*. (1996b) Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. (1984) Livro II. São Paulo: Abril Cultural.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. (1984b) Livro III, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. (1985) Livro III, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural.

RICARDO, D. (1985) *Princípios de economia política e tributação*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural.

SMITH, A. (1985) *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.